

A Utopia Keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes

Leandro Ramos Pereira e Rodrigo Bonecini de Almeida

Mestrandos em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas – IE/Unicamp.

Resumo:

O objetivo central deste artigo é o de analisar os aspectos políticos de teoria econômica de John Maynard Keynes e de como estes se relacionam com seus princípios tanto políticos como ideológicos. Mostraremos como sua visão do capitalismo individualista baseado no *laissez-faire* e no amor ao dinheiro se relaciona com sua interpretação teórica ancorada nas instabilidades intrínsecas no nível de emprego e renda. Ademais, é também a partir da sua utopia de acabar com o problema econômico – escassez material – que o autor propõe uma intervenção instrumental do Estado em diversos setores para apoiar e complementar a iniciativa privada, com o objetivo de estimular a ampliação efetiva do estoque de capital, condição *sine qua non* para alcançar o reino da abundância e da liberdade.

Palavras-chaves: *Utopia, Keynes, Economia, Política, Estado.*

Abstract:

The central goal of this article is to analyze the political aspects of the economic theory of John Maynard Keynes and how these aspects relate to his political and ideological principles. We will show how his vision of individualistic capitalism based on *laissez-faire* and on love of money is related to his theoretical interpretation anchored in the intrinsic instabilities in the level of employment and income. Moreover, due to his utopia of ending the economic problem – material shortage – the author proposes the intervention of the State in various sectors to support and complement the private enterprise, with the goal of stimulating the effective expansion of the capital stock, elementary condition to the realm of abundance and freedom.

Key-words: *Utopia, Keynes, Economy, Policy, State.*

Classificação JEL: *B22; B31.*

Economia Política e História do Pensamento Econômico.

1. Introdução.

Keynes nasceu em 1883, ano da morte de Karl Marx. Filho da elite intelectual britânica, Keynes é tido por muitos como o economista mais influente do século XX. As políticas conhecidas como ‘*keynesianas*’ foram amplamente utilizadas por partidos, tanto de esquerda quanto de direita, com objetivos variados, e, apesar da ascensão do neoliberalismo, o ‘*keynesianismo*’ nunca foi alijado em sua totalidade, coexistindo até mesmo com políticas econômicas do tipo *laissez-faire*. Em seu texto mais famoso, ‘*A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*’, Keynes instala as bases teóricas de políticas que já vinham sendo mais ou menos implantadas em alguns países.

Se a ‘*Teoria Geral*’ se tornou um marco teórico de suma importância para o pensamento econômico posterior, este livro não teria existido se não fosse uma confluência de fatores que

influenciaram a vida e o modo de pensar de J. M. Keynes. Não podemos nos esquecer que ideologia, política e economia, seja no âmbito coletivo, seja no âmbito pessoal, andam *pari passu*, ou seja, se considerarmos a realidade como uma única totalidade, entenderemos que, apesar das contradições, a política, e/ou a economia, por exemplo, são apenas um prisma, uma forma de abordagem, de um mesmo fenômeno. Sendo assim, para entendermos os aspectos econômicos as conseqüências do pensamento de Keynes em sua profundidade, temos que entender também os seus aspectos políticos e ideológicos.

Keynes foi fruto do auge e da queda da *Pax Britannica*. Conforme Skidelsky (1999), Keynes nasceu vitoriano e apesar de tudo, sempre conservou no pensamento traços vitorianos. Filho mais velho de uma família acadêmica abastada, Keynes foi educado da melhor forma possível que se pôde educar um filho da elite intelectual. Estudou no *Eton*, um dos melhores colégios britânicos da época e, em 1902, entrou no *Kings College*, com bolsas de estudos para matemática e estudos clássicos. Foi neste período que Keynes rompeu com a moral conservadora vitoriana, fruto da sua participação em uma seleta sociedade secreta, a *Bloomsbury*. Segundo Skidelsky (1999), a tratava-se de “um círculo de jovens escritores e artistas que encontrou na vida mais libertária do bairro pouco elegante de *Bloomsbury*, em Londres, um meio de escapar às convenções tacanhas das casas dos pais” (p. 28). A influência deste grupo na vida de Keynes até hoje é estudada.

Sua vida pública e profissional, por sua vez foi muito agitada. Já em 1906 (23 anos) se torna funcionário público do Departamento da Índia. Em 1913 publica seu primeiro livro, “*Moeda da Índia e Finanças*”, e em 1921 publica sua tese, o “*Tratado sobre a Probabilidade*”. Em 1914, eclode a 1ª Guerra Mundial. Este evento, para muitos, teria mudado a mentalidade de Keynes, que então tinha 31 anos de idade. Em 1915 Keynes foi trabalhar no Tesouro Britânico, em 1917 dirigiu as finanças externas da Grã-Bretanha, demitindo-se em 1919, criticando os termos da paz acordada pelos países vencedores frente aos derrotados pela Guerra. Neste ano, Keynes publica “*As Conseqüências Econômicas da Paz*”. Nos anos 20, Keynes integrou em várias ocasiões o conselho de diversas firmas de investimento e seguros, sendo presidente entre 1921 e 1937 do *National Mutual Life Assurance Company*, dedicando parte do seu tempo com as nuances financeiras e especulativas do mercado financeiro, de divisas e de commodities. Foi editor do *Economic Journal* entre 1911 e 1937 e, se nos anos 20 ele tinha acesso direto ao Primeiro Ministro e ao Chanceler, nos anos 30 integrou o Membro do Conselho Consultivo de Economia do Primeiro Ministro. Keynes também teve uma vida política muito ativa. Entre 1926 e 1929 teve um papel importante na formulação política e econômica do Partido Liberal. Entre 1934 e 1935, ao mesmo tempo em que escrevia sua principal obra, Keynes empenhou-se em financiar e supervisionar a construção do Teatro de Artes de Cambridge, foi tesoureiro do *Kings College* e proprietário rural de Tilton. Após sua principal obra, Keynes tornou-se uma das pessoas mais influentes na Política Econômica da Grã-Bretanha. Em 1940 foi eleito membro de uma comissão consultiva instituída para aconselhar o Ministro das Finanças. Nos últimos anos de sua vida Keynes se empenhou nos processos de reconstrução dos fundamentos do capitalismo e das relações internacionais, tendo participação relevante na construção de instituições econômicas internacionais tal como o FMI.

Durante o entreguerras, aumentaram os esforços teóricos por parte de Keynes. O “estado de espírito anterior à guerra, da liberdade sexual e cultural, possibilitada pela expectativa do progresso ‘automático’ cedera lugar a uma sensação de extraordinária precariedade da civilização capitalista” (Skidelsky, 1999, p. 37). De fato, o momento histórico em que viveu Keynes teve um impacto considerável em seu pensamento. Da *Pax Britannica*, o mundo presenciou o acirramento da disputa inter-capitalista entre as principais nações no final o século XIX, culminando na primeira Guerra Mundial. A dificuldade da manutenção do pleno emprego, e os desajustes macroeconômicos e políticos nacionais e internacionais do entreguerras antecederam, por sua vez, a maior crise econômica do capitalismo de toda a sua história, a crise de 1929. Após a Grande Depressão ainda sucedeu-se a Segunda Guerra Mundial. Assim, em menos de quarenta anos, a sociedade capitalista parecia estar fadada ao colapso. Keynes, apesar das críticas morais ao sistema econômico, achava-o o mais eficiente e tentou dar respostas teóricas e políticas para os problemas criados pelo capitalismo.

O objetivo deste trabalho, portanto, é o de apresentar as respostas que este autor deu aos dilemas de sua época. Tentaremos apresentar os princípios políticos deste autor e mostrar como estes se ligam com sua teoria econômica. Acreditamos que estas respostas nos habilitarão a entender melhor os aspectos do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, este artigo está dividido em cinco partes. A primeira parte analisa a visão de Keynes quanto às dificuldades da economia capitalista de livre mercado em atingir o pleno emprego. A segunda tenta elucidar de que forma o autor relaciona este aspecto com suas utopias políticas. Na terceira parte, mostraremos quais seriam as propostas concretas para atingir aquilo que o autor considera ideal do ponto de vistas social e econômico. Na quarta parte, analisaremos de que forma estas propostas se relacionariam com a ação e os princípios políticos necessários para a concretização destas metas políticas. Por fim, concluiremos nosso artigo analisando de que forma estes aspectos da teoria de Keynes nos ajudam a pensarmos o capitalismo contemporâneo.

2. As Dificuldades do Pleno Emprego

Em seu livro mais importante, “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*” Keynes aponta algumas dificuldades da economia capitalista alcançar o nível pleno emprego e permanecer neste nível de forma persistente. A primeira dificuldade apontada está no nível de demanda efetiva, ou seja, no montante de gastos da economia em consumo e investimento. Para o autor, não existem motivos para que o volume de gastos desta economia alcance o ponto de pleno emprego. Pelo contrário, a atividade econômica pode ser tal que seu equilíbrio possa ocorrer com a existência de desemprego involuntário, já que o nível de emprego e renda depende das expectativas dos empresários quanto ao retorno futuro dos investimentos e não da quantidade de salários que os trabalhadores estão dispostos a receber. De fato, foi isto que aconteceu na Grã-Bretanha nos anos 1920. A taxa de desemprego ficou em torno de 10%, somando em 1929, 1.400.000 de desempregados¹. Este fato levou Keynes a criticar com extrema veemência a política econômica britânica do entreguerras, já que o retorno ao padrão-ouro, na mesma paridade existente no período anterior à Primeira Guerra Mundial, num momento em que os termos de troca havia se alterado, impactou negativamente a indústria nacional, estimulando o desemprego e a redistribuição de renda em favor da classe rentista².

A segunda dificuldade estaria em aspectos de longo prazo. Existiria uma lei psicológica na comunidade segundo o qual os “homens estão dispostos de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento da sua renda”. (Keynes, J. M., 1985, p. 75). Assim, a propensão a consumir seria menor que a unidade e decrescente. Portanto a brecha entre a renda e o consumo tenderia a aumentar com a expansão da economia, aumentando por sua vez, a propensão a poupar da sociedade. Assim, a manutenção do pleno emprego só seria possível com a expansão dos investimentos – componente da demanda agregada mais volátil e instável da economia – de magnitude igual à diferença entre a renda e o consumo agregados. O problema é grave para Keynes porque de um lado temos que o consumo aumenta numa taxa decrescente e “se alimenta” cada vez mais dos bens produzidos anteriormente (desinvestidos) e do outro, todo o investimento em capital “está destinado a resultar, mais cedo ou mais tarde em desinvestimentos de capital”³, ou seja destinados a produção de uma boa parcela de bens de consumo. Ademais, conforme os investimentos vão se expandindo, aumenta o estoque de capital existente, interferindo negativamente nas expectativas de ganhos futuros, determinando a queda na eficiência marginal do capital.

¹ Ver Keynes, J. M. (1929), “*Can Lloyd George do It?*”.

² Ver Keynes J. M. (1925b), “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*”. Segundo a interpretação de Dillard (1993), a política do governo Churchill “visava restaurar a posição e a propriedade dos banqueiros, capitalistas e demais interesses financeiros, sem levar muito em conta os efeitos de tal política sobre os empresários industriais britânicos” (p. 279). Keynes, por sua vez, achava que deveria diminuir a carga real dos direitos dos capitalistas rendeiros sobre a classe ativa e produtora.

³ Keynes, J. M., 1985, p. 80.

“Destarte, o problema de conseguir que os novos investimentos de capital excedam sempre o desinvestimento de capital, na medida necessária para preencher a lacuna que separa a renda líquida do consumo, apresenta dificuldade crescente à medida em que o capital aumenta. Os novos investimentos de capital só podem realizar-se em excesso ao desinvestimento atual quando se espera a um aumento dos gastos futuros em consumo. Cada vez que garantimos o equilíbrio de hoje aumentando o investimento, estamos agravando a dificuldade de assegurar o equilíbrio de amanhã. Uma diminuição na propensão a consumir de hoje só pode conformar-se com o interesse público se esperarmos que haja algum dia maior propensão a consumir. Isso nos faz recordar a ‘Fábula das Abelhas’: as satisfação de amanhã são absolutamente indispensáveis para justificar as provações de hoje. (Keynes, L. M., 1985, p. 81).

O terceiro problema apresentado por Keynes estaria no caráter cíclico do capitalismo. Para o autor, o elemento fundamental para a explicação do ciclo econômico está na flutuação da eficiência marginal do capital – taxa de retorno esperado dos investimentos de capital. Existiria, assim, uma certa regularidade na seqüência e duração dos movimento ascendentes e descendentes, em que a substituição da fase ascendente para a descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento. Em última instância, seria muito mais o colapso na eficiência marginal do capital – mais do que o aumento das taxas de juros – que explicariam o surgimento das crises. Nestes marcos, o colapso da eficiência marginal do capital pode ser tão alto que nem mesmo uma queda expressiva da taxa de juros pode reverter tal processo, ou seja, o remédio puramente monetário não é capaz, por si só, de reverter o processo. Nestes marcos, pode existir um lapso de tempo – daí o caráter cíclico – até que se restabeleça o grau de confiança necessária para a re-expansão dos investimentos. Por isso, no início da crise, “existe provavelmente uma boa parte do capital que apresenta uma eficiência marginal ínfima ou mesmo negativa, mas o intervalo de tempo que deverá decorrer antes que a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência se tornem bastante óbvias pra aumentar a eficiência marginal pode ser uma função relativamente estável da duração média do capital numa época dada” (Keynes, J. M., 1985, p. 220). Portanto, a duração do ciclo pode estar relacionada tanto à vida útil do estoque de capital existente, quanto ao seu custo de manutenção, sendo que, se a ascensão é caracterizada pelas baixas taxas de juros, elevada eficiência marginal do capital e expansão dos empregos, o auge do ciclo e sua inflexão são caracterizados por elevadas taxas de juros, baixa eficiência marginal do capital e retração no nível de emprego e renda. Ademais, Keynes não relaciona o ciclo econômico com os sobreinvestimentos. Para o autor, um sobreinvestimento pressupunha abundância de capital em que as novas aplicações em capital fixo, mesmo em condições de pleno emprego, teriam retornos totais abaixo dos custos de reposição deste capital. Apesar de existirem sobreinvestimentos em alguns setores, os quais Keynes chama de investimentos mal orientados, destinados a malograr – influenciando negativamente o estado de confiança dos possuidores de riqueza – o ciclo econômico seria fruto de variações nas expectativas futuras.

Por fim, outro elemento importante apontado por Keynes na explicação da dificuldade da economia capitalista em alcançar o pleno emprego estaria no caráter rentista e especulativo do capitalismo moderno a partir dos sistemas financeiros e mercados organizados representados pela bolsa de valores. Os antigos investimentos, que dependiam do temperamento entusiástico e impulsivo dos indivíduos foram substituídos por formas de aplicação da riqueza mais líquidas, cuja estrutura empresarial estaria caracterizada pela separação entre propriedade e gestão com mercados acionários e de títulos altamente desenvolvidos. Nestes marcos as aplicações seriam categorias líquidas com reavaliações diárias, sendo reguladas pelas “expectativas médias dos que negociam na bolsa de valores, tal como se manifesta no preço das ações” (Keynes, J. M., 1985, p. 111/112). Dentre os motivos que aumentam a precariedade das expectativas futuras, e estimula a volatilidade das aplicações, destacam-se, de um lado, a existência de pessoas que possuem ações e não têm conhecimento das circunstâncias reais ou esperadas dos negócios e, do outro, a emergência dos investidores profissionais e dos especuladores, preocupados não com os investimentos de longo prazo, mas antes com as variações de curto prazo dos

ativos, tentando antecipar a ‘psicologia dos mercados’ e influenciando a psicologia das massas⁴. Para Keynes, o elemento especulador e rentista afetariam negativamente o nível de atividade econômica através de diversas maneiras, seja por meio do aumento da volatilidade dos investimentos, através das flutuações nas expectativas dos agentes, seja pela fixação da taxa de juros num patamar acima daquele necessário para estimular investimentos ao nível de pleno emprego. Conforme demonstrado por Keynes neste livro, o motivo mais ilustrado da preferência pela liquidez é o motivo especulação, ou seja, demanda-se moeda em função da incerteza das taxas de juros futuras. A interação entre altistas – aqueles que acreditam que as taxas de juros vão baixar e o preço das ações irá subir – e baixistas – aqueles que acreditam que as taxas de juros vão subir e o preço das ações irá cair – é que determinará a taxa de juros corrente. Nestas condições, a política monetária das autoridades públicas podem se tornar totalmente estéril caso as convenções do mercado financeiro acreditem que a taxa de juro de equilíbrio é tal que fique acima da taxa necessária para alcançar o pleno emprego.

De fato, desde o seu livro anterior, o “*Tratado da Moeda*”, Keynes faz uma distinção clara entre o setor financeiro e o setor industrial da economia. Neste livro o autor tem um subcapítulo denominado “*La industria y las Finanzas como Cosas Distintas y Definidas*”⁵. Para o mesmo, as atividades industriais seriam todos aqueles negócios que se ocupam em manter o processo de produção, distribuição e intercâmbio de bens assim como pagamento de suas rendas aos fatores de produção desde a fase inicial até a fase final do consumo. Já as atividades financeiras seriam todos os negócios que se ocupam da manutenção e negociação de toda a classe de títulos e direitos sobre a riqueza existente, incluindo as transações que tem lugar na bolsa de valores e nos mercados monetários, toda a especulação, assim como o processo de canalização das poupanças correntes e dos lucros dos empresários. Existiria, uma interação complexa entre os setores que negociam a riqueza velha – o circuito financeiro – e os setores que negociam a riqueza nova – o circuito industrial. Já neste livro, é visível o impacto da circulação financeira no nível de atividade econômica. Já na “*Teoria Geral*”, Keynes estabelece a dicotomia entre o especulador – aquele que tenta prever a psicologia do mercado – e o empreendimento – atividade que consiste prever a renda provável dos bens durante toda a sua existência. Segundo Keynes, à “medida que progride a organização dos mercados de investimentos, o risco de um predomínio da especulação (...) aumenta” e as especulações, por sua vez, “podem não causar danos quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento, mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolha num turbilhão especulativo” (Keynes, J. M., 1985, p. 116).

“Dessa maneira, o investidor profissional sente-se forçado a estar alerta para antecipar essas variações iminentes nas notícias ou na atmosfera que, como demonstra a experiência, são as que exercem maior influência sobre a psicologia coletiva do mercado. Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada ‘liquidez’. Entre as máximas da finança ortodoxa, seguramente nenhuma é mais anti-social que o fetiche da liquidez, a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentrar seus recursos na posse de valores ‘líquidos’. Ela ignora que não existe algo como liquidez para a sociedade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é ‘sair disparado na frente’ como se diz coloquialmente, estimular a multidão e transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação”. (Keynes, J. M., 1985, p. 114).

3. Da Teoria Econômica à Utopia Política

Conforme o tópico anterior, existiria, segundo Keynes, uma dificuldade da economia capitalista em alcançar e permanecer, por si só, no nível de pleno emprego, seja pela escassez da demanda efetiva,

⁴ Ver Keynes, J. M., 1985, p. 113 e 114.

⁵ Ver Keynes, J. M., 1996., p. 215.

seja pelo aumento da propensão a poupar da sociedade, seja pelo caráter cíclico do sistema, seja pelo caráter rentista de um determinado setor da sociedade.

Obviamente, as críticas ao capitalismo ‘liberal e individualista’ por parte de Keynes já vinham se consolidando desde meados dos anos 1920. No texto “*O Fim do ‘Laissez-Fire’*”, de 1926, Keynes critica a ética do indivíduo que surge a partir do século XVII com a substituição do *direito divino* pela *liberdade natural* e pelo *contrato social*. O economista, segundo o autor, seria aquele que harmonizara o indivíduo conservador – assentado no direito à propriedade, à liberdade, e no utilitarismo – de Hume, Locke, Burke e Johnson, com o “socialismo” – assentado no contrato social, no altruísmo e no bem comum – de Rousseau, Paley, Bentham e Godwin, através da fusão entre o lucro privado e o bem público. Adam Smith, por sua vez, seria o expoente maior desta doutrina, já que pregara que o bem comum repousaria no natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condição. Segundo o próprio Keynes, os “economistas ensinavam que a riqueza, o comércio e a maquinaria provinham da livre competição, e que a livre competição construía Londres. Contudo, os darwinistas puderam avançar um pouco mais – segundo eles, o próprio homem resultara da livre-concorrência” (1926b, p. 110). O economista, portanto, teria dado pretexto científico às ideologias e às filosofias, que, por sua vez, entrara em conformidade com as necessidades e desejos do empresariado da época. Estes aspectos econômicos e filosóficos seriam fundamentais, segundo o mesmo, para ratificar a livre competição e a não intervenção do Estado em assuntos econômicos e até mesmo sociais. Assim, os economistas da época teriam feito um paralelismo do *laissez-faire* econômico com o darwinismo, supondo que a “distribuição dos recursos produtivos pode ser conseguido através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método do ensaio e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão, pela competição, aqueles que se movimentam na direção errada” (Keynes, J. M., 1926b, p. 116).

Esclareçamos desde o início os princípios metafísicos ou gerais sobre os quais, de tempos em tempos, se fundamentou o *laissez-faire*. Não é verdade que os indivíduos possuem uma ‘liberdade natural’ prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem sempre é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido; mais freqüentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente. (Keynes, J. M., 1926b, p. 120).

Para autor, estas teorias pecavam, de um lado, pelo grau de metafísica e, de outro lado, pela incapacidade de responder aos problemas do capitalismo. No centro da crítica ao individualismo, está o amor ao dinheiro e à segurança em detrimento da criação e da construção⁶. Em “*A Short View of Russia*”, 1926, Keynes ratifica este argumento, afirmando que o amor ao dinheiro seria o principal problema da sociedade capitalista a partir do final do século, sociedade esta sem união interna, sem espírito público, e sem “religião”.

“... the moral problem of our age is concerned with the love of money, with the habitual appeal to the money motive in nine-tenths of the activities of life, with the universal striving after individual economic security as the prime object of endeavour, with the social approbation of money as measure of constructive success, and with the social appeal to the hoarding instinct as the foundation of necessary provision for the familiar and for the future. The decaying religious around us, which have less and less interest for most people unless it be as an agreeable form of magical ceremonial or of social observance, have lost their moral significance just because – unlike some of their earlier version – they do not touch

⁶ Ver também Keynes, J. M. (1927), “*Clissold*”.

in the least degree on these essential matter. A revolution in our ways of thinking and feeling about money become the growing purpose of contemporary embodiments of the ideal. Perhaps, therefore, Russian Communism does represent the first confused stirring of great religion” (Keynes, J. M., 1926a, p. 269/268).

O amor ao dinheiro seria, portanto, o elemento psicológico encontrado por Keynes para explicar a existência da pobreza em meio à riqueza⁷. Do ponto de vista econômico, ele pode ser explicado pela crescente propensão a poupar da comunidade também pelo atributo e prêmio de liquidez do dinheiro, dado o caráter incerto e monetário da economia capitalista, sendo este o ‘elo entre o presente e o futuro’, ‘acalmado nossas inquietudes’. Por sua vez, o rentismo e a especulação só ratificavam e estimulavam ainda mais tais características.

Além deste fatores, observamos a preocupação de Keynes com o caráter concentrador de renda do sistema. Já em “*Consequências Econômicas da Paz*”⁸ Keynes demonstra como a maior parte da população européia do período anterior à Primeira Guerra Mundial trabalhava muito e ganhava pouco⁹. A Europa daquela época estava organizada social e economicamente de forma a garantir o máximo de acumulação de capital a partir da elevada desigualdade na distribuição de bens, cuja estabilidade dependia, segundo Keynes, de um lado, da ignorância, incompetência, costume, autoridade ou persuasão à classe trabalhadora, e de outro, da manutenção de altos investimentos por parte da classe capitalista. Já nos anos do entreguerras, conforme mostrado acima, Keynes preocupou-se com as consequências do retorno ao padrão-ouro, que estimulava altas taxas de juros, baixos investimento e elevados ganhos para a classe rentista, enquanto boa parte da classe trabalhadora estava desempregada¹⁰.

Se para Keynes o capitalismo se apresentava, por um lado, praticamente incapaz, por si só, de alcançar e manter o pleno emprego, sendo moralmente fracassado e socialmente injusto, por outro, ele não via nenhum sistema com uma capacidade de gerar riquezas e de ser economicamente eficiente como o capitalismo¹¹.

Até mesmo quanto ao amor ao dinheiro, Keynes não deixava de enxergar aspectos admiráveis desta atitude, tal como a poupança e segurança financeira, e a independência individual e familiar. Enquanto não considerado moralmente errado, este aspecto teria certo valor¹². No mesmo sentido o autor aborda o motivo monetário individual como desempenhando um papel importante na geração da riqueza¹³. A característica essencial do capitalismo, portanto, seria a “dependência de uma intensa atração dos instintos de ganho e de amor ao dinheiro dos indivíduos como principal força motivadora dos mecanismos econômico” (Keynes, J. M., 1926b, p.124). Neste aspecto, Keynes era bastante otimista. Em seu artigo “*As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*”, de 1930, Keynes relata sua visão histórica, afirmando que até o século XVIII, não teria ocorrido nenhuma mudança substancial no padrão de vida do cidadão médio em função da ausência de melhoramento técnico e da deficiência de

⁷ “O fato de ser o mundo tão pobre com é em bens de capital acumulados, apesar da interrupta poupança individual durante vários milênios, não deve ser explicado, na minha opinião, pela tendência da humanidade pra a imprevidência, nem mesmo pelas destruições de guerra, mas antes, pelos prêmios de liquidez que outrora tinha a propriedade da terra e que agora tem a moeda” (Keynes, L. M., 1985, p. 168).

⁸ Ver Keynes, J. M. (1919a) e (1919b). Keynes denomina as relações sociais daquele momento como um “equilíbrio instável”. Segundo Dillard (1993), as “relações entra a classe trabalhadora e capitalistas são retratadas como um jogo de enganos em muitos *bluffs*, ideado para assegurar o máximo de acúmulo de capital, mas assentado numa base psicológica tão instável que poderia desmantelar-se se a classe trabalhadora ou a capitalista deixasse de se sentir satisfeita com uma proporção de consumo assaz minguada em comparação com a criação da riqueza” (p. 272).

⁹ Ver Keynes, J. M. (1919a), p. 44.

¹⁰ Ver Keynes J. M. (1925b).

¹¹ “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade de proporcionar o pleno emprego e sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (Keynes, J. M., 1985, p. 253). “Do meu ponto de vista, creio haver justificativa social e psicológica para grandes desigualdades nas rendas e na riqueza, embora não para as grandes disparidades existentes na atualidade” (Keynes, J. M., 1985, p. 254).

¹² Ver Keynes, J. M., “*A Short View of Russia*”, 1926a, p. 260.

¹³ Ver Keynes, J. M., “*O Fim do Laissez-Faire*”, 1926b, p. 125.

acumulação de capital. No entanto, a partir do mesmo século, em função das invenções técnicas e científicas, o padrão de acumulação teria avançado expressivamente, levando ao aumento do padrão de vida médio da população europeia e norte-americana. As estatísticas do autor apontavam para o fato de que em mais cem anos, com uma taxa de acumulação de capital de 2%, a economia mundial poderia crescer sete vezes e meia, o que representaria uma profunda expansão em termos materiais tal como construção de casas, meios de produção e meios de transporte. Neste sentido o capitalismo, apesar dos seus problemas, poderia resolver o problema econômico.

A utopia *keynesiana*, portanto, seria a de que, na ausência de guerras e grandes aumentos populacionais, o problema econômico, a luta pela sobrevivência – problema fundamental da espécie humana e de todos os seres biológicos – estaria superado na faixa de aproximadamente cem anos, deixando de ser um problema permanente da raça humana¹⁴. A tarefa, portanto, seria estimular o crescimento econômico através da elevada acumulação de capital. O objetivo seria o de tornar o capital tão abundante que de um lado, geraria uma riqueza material altamente expressiva e, de outro lado, os privilégios da propriedade deste capital desapareceriam. A sociedade, portanto, deveria se concentrar naquilo que é ‘economicamente eficiente’¹⁵. Assim, “quando a acumulação de riqueza não tiver mais uma grande importância social, haverá grandes alterações no código de moralidade” (Keynes, J. M., 1930b, p. 157). Os princípios pseudo-morais seriam desfeitos, o amor ao dinheiro deixaria de ser o fim, e passaria a ser o meio para o gozo e para a realização, e a sociedade se livraria por fim dos costumes sociais e práticas econômicas necessárias à acumulação de capital. O fim, portanto, seria a superação das necessidades absolutas – necessidades tais como as sentimos, qualquer que seja a situação dos nossos semelhantes – embora reconhecesse que as necessidades relativas – necessidades que sentimos quando sua satisfação se torna superiores o nossos semelhantes – poderiam ser insaciáveis. Entretanto, chegaríamos, enfim, a uma nova era, a era da abundância¹⁶.

Economic welfare and social well-being will be increased in the long run by a policy which tends to make capital goods so abundant, that the reward which can be gained from owning them falls to so modest a figure as to be no longer a serious burden on anyone” (Keynes, J. M., 1934, p. 491).

“Pois, pelo menos mais cem anos, precisamos fingir, para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo não. Ainda por algum tempo, nossos deuses continuarão sendo a avareza, a usura e a precaução. Pois somente eles poderão conduzir-nos dentro do túnel da necessidade econômica para a luz” (Keynes, J. M., 1930b, p. 159).

“(…) for the next twenty-year in my belief, economists, at present the most incompetent, will be nevertheless the most important, group of scientists in the world. And it is to be hoped – if they are successful- that after that they will never be important again” (Keynes, J. M., 1932, p. 37).

4. Da Utopia às Propostas Políticas

Demonstrou-se acima que Keynes tinha, por um lado, uma crítica teórica e moral ao capitalismo e, por outro, ele acreditava que o mesmo era o mais eficiente para a superação do problema econômico. Conforme descrito por Paul Mattick (1975), Keynes não colocava em xeque a possibilidade da economia em atingir o equilíbrio em pleno emprego, somente duvidada que o sistema se ajustasse automaticamente e permanesse nesta posição sem a necessidade de influências externas, dados os

¹⁴ “A minha conclusão é que, se não houver grandes guerras e um grande aumento da população, o problema econômico poderá ser resolvido, ou pelo menos, ter uma solução à vista nos próximos cem anos. Isto significa que o problema econômico não constitui – se olharmos para o futuro – o problema permanente da raça humana” (Keynes, J. M., 1926b, p. 155).

¹⁵ A frase original, em inglês, é “economically sound”, tirado do texto de Keynes, “*The Dilemma of Modern Socialism*”, de 1932.

¹⁶ “Valorizaremos novamente os fins acima dos meios, e preferiremos o bem ao útil. Honraremos o que puder nos ensinar a passar virtuosamente e bem a hora e o dia, as pessoas agradáveis, capazes de ter um prazer direto nas coisas, os lírios do campo, que não mourejam nem fiam” (Keynes, J. M., 1930b, p. 158).

problemas descritos acima. “*Como la teoria fracasaba en ajustar-se a la practica, se la sustituía con una practica que se ajustara com la teoria*” (Mattick, P., 1975, p. 19). Nos anos de 1920 a posição de Keynes foi se alterando quanto às possíveis soluções para o desemprego. De uma simples reforma monetária nacional Keynes vai se aproximando das políticas mais diretas de intervenção pública. Nos anos de 1930, aumenta a dúvida por parte de Keynes do poder auto-restaurador do capitalismo. Obviamente a Grande Depressão teve um impacto relevante neste pensamento, tornando-o mais pessimista quanto ao *Laissez-Faire* e à própria sobrevivência do capitalismo.

No entanto, já em meados dos anos de 1920, Keynes acreditava numa forma de organização econômica que ficasse em algum ponto entre o indivíduo e o Estado Moderno. No plano mais genérico e abstrato, a solução estaria no desenvolvimento de entidades semi-autônomas dentro do Estado, cujos critérios de ação seriam o bem público e de cujas deliberações estariam excluídos os motivos das vantagens particulares. Estas entidades, na prática, seriam basicamente autônomas, porém dentro de certas limitações prescritas, podendo ser sujeita às deliberações e à soberania do Estado Parlamentar¹⁷. Aliás, Keynes achava que este processo já estava ocorrendo em função dos progressos econômicos que estimulavam o crescimento da grande empresa, e cujo tamanho poderia ser comparado às corporações públicas. As sociedades por ações, por exemplo, apontavam uma tendência da grande empresa a socializar-se. Com a separação entre a propriedade e gestão, o interesse direto do proprietário em produzir grande lucro se tornaria secundário. Assim, em certo estágio, a estabilidade e a reputação da grande empresa e instituições seriam mais importantes do que a maximização dos lucros por parte dos acionistas. Estas seriam tendências naturais da época e a luta contra o lucro ilimitado estaria sendo ganha “de hora em hora no varejo” (Keynes, J. M., 1926b, p. 122).

Se o que foi descrito acima relata um panorama mais geral, abstrato e de longo prazo dos elementos que poderiam resolver os problemas morais e “estruturais” do capitalismo, no curto prazo o desemprego e o volátil nível de atividade econômica ainda não estão solucionados. Desta forma, o objetivo a ser atingido era alcançar o pleno emprego e, portanto, uma elevada acumulação de capital, com uma distribuição de renda mais equitativa.

Conforme demonstrado acima, um dos problemas da instabilidade do capitalismo estaria, para Keynes, na elevada e crescente propensão a poupar da comunidade. Esta característica exigiria um nível de investimento cada vez maior, o que poderia afetar negativamente as expectativas de longo prazo dos agentes, já que em algum momento, estes investimentos de elevada escala teriam que se descapitalizar. A solução proposta por Keynes era a de estimular a propensão a consumir da comunidade. Como a divisão entre o consumo e a poupança dependia de fatores objetivos e subjetivos não passíveis de serem mudados no curto prazo, o autor propõe uma redistribuição de renda para solucionar este problema, através de impostos progressivos¹⁸ e investimentos públicos em serviços sociais. Sendo assim, uma tributação direta sobre a renda e sobre a herança teria forte efeito distributivo. Por sua vez, o governo deveria se concentrar nos serviços que fossem *tecnicamente sociais*, abrindo mão daqueles que fossem *tecnicamente individuais*¹⁹. O Estado, portanto, deveria focar-se em atividades e funções que estivessem fora do âmbito individual, e que nenhum outro agente pudesse fazer. Ademais, Keynes tinha preferência aos serviços sociais ao invés de salários monetários elevados como meio de elevar o nível de vida da classe assalariada. Ele acreditava, em 1930, que aumentos salariais aumentariam os custos empresariais a um nível antieconômico do ponto de vista internacional, estimulando a saída de capitais. Como será demonstrado mais adiante, em Keynes, a distribuição de renda tem fundamentos muito mais econômicos do que morais e ideológicos. Em seu artigo de 1934, “*Poverty in Plenty: is the Economic System Self-Adjusting?*”, contrariando os economistas da época que propunham uma distribuição de renda absolutamente equitativa, Keynes acreditava que esta proposta seria muito presunçosa, pois não deixaria espaço para uma elevada acumulação de capital, condição essencial para o alcance da abundância

¹⁷ Ver Keynes, J. M., 1926b, p. 121 e 122.

¹⁸ Ver Dillard, D., 1996, 297.

¹⁹ Ver Keynes, J. M., 1926b, p. 123.

econômica. Não obstante, o autor também contrariava os argumentos conservadores de que a queda da poupança desestimularia os investimentos. Pelo contrário, Keynes acreditava que a poupança dos mais ricos tolhia ao invés de favorecer o crescimento da riqueza²⁰. Não podemos nos esquecer que para o mesmo, é o investimento que gera a poupança, e não o contrário. Nas palavras do próprio autor, “as medidas destinadas a redistribuir a renda no sentido de aumentar a propensão a consumir podem ser muito favoráveis ao crescimento econômico” (Keynes, J. M., 1985, p. 253).

Do ponto de vista estritamente econômico, ele propunha controle deliberado sobre a moeda e sobre o crédito. Para muitos autores – principalmente os Pós-Keynesianos – a teoria econômica de J. M. Keynes é uma teoria monetária da produção, onde o dinheiro afetaria “motivos e decisões”²¹. Este aspecto pode ser teoricamente analisado através do atributo de liquidez da moeda – ativo mais líquido da economia – e da preferência pela liquidez – cujo prêmio pela liquidez é uma *proxy* da taxa de juro. Como em sua teoria os investimentos dependem da taxa de retorno esperado do ativo de capital trazido a valores presentes, a taxa de juros seria um piso para a expansão da produção de bens de capital. Como, para Keynes, a taxa de juros é fenômeno monetário e não real, o controle da oferta de moeda seria um dos fatores essenciais para controlar a taxa de juros e deixá-la num patamar relativamente baixo. Ademais, o crédito deveria ser barato e abundante, característica esta que deveria ser alcançada por meio da combinação de ações do Banco Central e dos governos, cujo objetivo seria estabelecer um estado de confiança favorável, estimulando baixos juros de longo prazo e elevada oferta de crédito. Do ponto de vista político, estas propostas, caso efetivadas, poderiam levar à eutanásia do rentista – ou *rentier*. Os juros extremamente baixos estimulariam a expansão dos investimentos em elevada escala, fazendo com que a eficiência marginal do capital alcançasse uma cifra muito baixa, dado o abundante capital acumulado. Assim, um dos aspectos do amor ao dinheiro estaria superado.

“(…) embora este estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, ainda assim levaria à eutanásia do *rentier* e, conseqüentemente, à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor da escassez do capital. A taxa de juros atual não compensa nenhum verdadeiro sacrifício, do mesmo modo que não o faz a renda da terra. O detentor do capital pode obter juros porque o capital é escasso, assim como o dono da terra pode obter renda porque a terra é escassa. Mas enquanto haver razões intrínsecas para a escassez da terra, não há razões intrínsecas para a escassez do capital.

Conseqüentemente, eu considero o aspecto do *rentier* do capitalismo como sendo uma fase transitória que desaparecerá logo que tenha desempenhado sua função. E com o desaparecimento deste aspecto, muitas outras transformações deverão ocorrer. Além disso, uma grande vantagem na ordem dos acontecimentos que preconizo consiste em que a eutanásia do *rentier*, do investidor sem função, nada terá de repentino, mas será meramente uma continuação gradual e prolongada do que vimos recentemente na Grã Bretanha, sem carecer de qualquer revolução” (Keynes, J. M., 1985, p. 255).

Porém não nos esqueçamos: a taxa de juros e o investimento também são /de origem/ psicológicos para Keynes. Como as taxas de juros são formadas a partir de expectativas quanto ao futuro das mesmas – através da interação entre altistas e baixistas – e como os investimentos dependem também das expectativas de rendimentos futuros – dado que o futuro é incerto – tanto a taxa de juros pode teimar em não cair, quanto os investimentos podem teimar em não se expandirem. Nestes marcos Keynes propõe o processo de “socialização dos investimentos” para preencher a lacuna entre a renda e o consumo, não podendo ser confundido com um socialismo de Estado e nem com a socialização dos meios de produção. Antes de mais nada, tratava-se de assegurar o aumento dos recursos destinados a aumentar os meios produtivos e de determinar uma taxa básica de remuneração do capitalista, por meio de baixas taxas de juros²². Portanto, sua proposta consistia, por um lado, em aumentar os gastos e investimentos públicos, seja com o objetivo de satisfazer as necessidades ‘*tecnicamente sociais*’, seja

²⁰ Ver Keynes, J. M., 1985, p. 254.

²¹ Ver Keynes, J. M., 1933a, p. 409.

²² Ver Keynes, J. M., 1985, p. 256.

para atuar de forma contra-cíclica, e por outro, em coordenar, planejar e dar suporte aos investimentos privados.

Em nenhum momento os investimentos públicos são vistos como forma de substituição ou de concorrência ao investimento privado, mas ao contrário, têm caráter complementar e auxiliar, que conforme Amadeo, E.(1986), eram vistos, por parte de Keynes, como condição fundamental para o bom funcionamento da iniciativa privada (p. 09). Deste modo, a forma de intervenção pública seria tal que não eliminaria as vantagens tradicionais do individualismo tal como a eficiência, as decisões descentralizadas e os jogos de interesses, continuando, assim, ampliando, mais do que qualquer outro sistema, o campo para o exercício das escolhas pessoais²³. Não obstante o novo formato de intervenção pública exigiria certa ampliação das funções do governo, como “único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual”. (Keynes, K. M., 1985, p. 257).

Por sua vez, uma das formas da coordenação dos investimentos privado estaria na disseminação em larga escala das estatísticas relacionadas a negócios, com ampla e completa publicidade, se necessário até por força da lei, o que exigiria certo controle por parte do governo de algumas informações²⁴, mas que eliminaria o investimento mal orientado. O objetivo do planejamento dos investimentos seria o de melhorar o horizonte de incerteza que rodeia as decisões de gasto dos empresários que antes estariam abandonados aos caprichos de uma expectativa futura totalmente dependente de opiniões pessoais de especuladores ou de indivíduos que pouco conheciam sobre os *negócios*, e cuja taxa de juros futuras pouco ajudava nesta decisão.

Já em “*Can Lloyd George do It?*” de, 1929, Keynes apresenta uma proposta do Partido Liberal de intervenção pública muito representativa de suas idéias. Neste artigo o autor demonstra uma forma para solucionar o problema do desemprego na Grã-Bretanha com um programa de obras públicas em setores “*tecnicamente sociais*”. A essência do programa era o de estimular a atividade econômica por meio de gastos em setores como transportes, moradias – como meio de substituir as favelas –, sistemas elétricos e comunicações. Para o autor, as dívidas provenientes destes gastos retornariam através do crescimento econômico – dado o impacto positivo nas atividades comerciais e industriais – e, portanto, da tributação, e da queda dos benefícios dos fundos de amparo aos trabalhadores, dado que o crescimento atividade econômica também estimularia o aumento do emprego direto, e via efeito multiplicador, do emprego indireto.

Quanto aos ciclos econômicos, Keynes demonstra-se contrário às visões de que o remédio para os mesmos estaria em refreá-los antes do seu auge, através do aumento das taxas de juro. Esta visão seria derrotista, e aceitaria as características imperfeitas do sistema econômico. Pelo contrário, o autor propõe a manutenção dos juros em patamares mínimos, para não influenciar negativamente a eficiência marginal do capital – ou seja, as expectativas de retorno futuras – alongando assim o auge. Propõe também um processo de redistribuição de renda, para acelerar o encolhimento dos estoques, encurtando a fase recessiva.

No entanto, estes arranjos de políticas monetárias, fiscais e tributárias, e o nível de reformas propostas por Keynes, poderiam não atingir seus objetivos caso houvesse um arranjo internacional desfavorável. Como se sabe, desde os seus primeiros escritos Keynes criticava o arranjo monetário e financeiro internacional, assentado no padrão-ouro²⁵. A escassez da moeda internacional, o entesouramento por parte dos países superavitários, os ajustes necessários – normalmente via preços e juros – para equilibrar as contas externas e a paridade cambial da moeda nacional com a moeda internacional a qualquer custo tinham efeitos deletérios sobre a economia nacional. A manutenção da paridade cambial a qualquer custo, mesmo com um saldo comercial negativo, conforme verificado na Grã-Bretanha nos anos de 1920, exigiria uma taxa de juros elevada como forma de atração de fluxos de

²³ Ver Keynes, J. M., 1985, p. 257.

²⁴ Ver Keynes, J. M., 1926b, p. 124.

²⁵ Para mais detalhes, ver Ferrari Filho, F. (1994).

capitais internacionais, dado o objetivo de equilibrar o saldo externo, desajustando a atividade econômica interna por meio da queda dos investimentos e, portanto, queda do nível de emprego. Por sua vez, a melhoria do saldo comercial via queda nos preços poderia demorar e levaria a uma redistribuição regressiva da renda – já que os salários nominais dos trabalhadores do setor exportador cairiam mais rápido do que a renda nominal agregada dos outros setores econômicos e a renda da classe rentista se elevaria em função dos juros mais elevados. Ademais, a queda nos preços poderia ser um desestímulo aos investimentos, já que poderia gerar expectativas ruins quanto aos retornos esperados do capital aplicado. Além disso, Keynes via com maus olhos a postura dos países superavitários quanto a sua política de acumular reservas em ouro, já que de um lado impedia a expansão das exportações dos países deficitários e, do outro, desestimulava a liquidez, e a expansão do comércio internacional como um todo²⁶. Não obstante, o método nacional de expansão do emprego interno por meio da elevação de superávits comerciais poderiam ser mundialmente deletérios já que o aumento do saldo externo de um país levaria à piora do saldo em outro país, o que representaria queda do emprego agregado num país em detrimento da melhoria em outro. Existiria, desta forma, sérios problemas no uso indiscriminado de desvalorizações monetárias e políticas tarifárias²⁷.

Portanto, o crescimento econômico e o pleno emprego deveriam passar por um arranjo institucional internacional. Assim, seu foco sempre esteve na ampliação da esfera de decisão da política interna, por meio de um arranjo internacional que assegurasse a “elasticidade necessária do movimento de demanda efetiva” (Ferrari Filho, F., 1994, p. 100). Nestes aspectos, a visão de Keynes vai se transformando de um simples ajuste do padrão-ouro para a criação de uma instituição supranacional com poder de emissão de uma moeda internacional. Assim, ele vai convergindo para proposta da “criação de um Banco Central gestor da moeda internacional, capaz de dirimir a instabilidade das economias monetárias – por mais que esta seja inerente à dinâmica econômica –, na medida em que o mercado de crédito internacional, por um lado, propiciava a liquidez necessária internacional e, por outro, cobria as necessidades de ajustamento de curto prazo do balanço de pagamentos” (Ferrari Filho, F., 1994, p. 101).

Já nos finais da Segunda Guerra Mundial, durante a conferência de Bretton Woods, num momento de rediscussão do processo de reconstrução dos países ao redor do mundo, dado um ambiente coletivo de críticas ao padrão-ouro e às políticas nacionais arbitrárias de comércio internacional, Keynes apresenta sua proposta para a reconstrução da economia mundial. Tratava-se da criação de uma “*União Internacional de Compensação*”, compostas por bancos centrais nacionais que administraria uma nova moeda *escritural* internacional, o *bancor*. O objetivo desta instituição seria, de um lado manter o nível de liquidez internacional de acordo com a atividade econômica mundial e do outro, impedir o entesouramento da moeda internacional, por meio de um sistema de compensação internacional, na qual o dinheiro que o país acumulasse na venda de bens pudesse ser gasto na compra de qualquer outro produto de outro país. Nas palavras de Keynes, umas das conseqüências deste sistema seria uma “libertação dos variados e complexos recursos do bloqueio de divisas, da diversificação ou restrição do comércio, os quais, antes da guerra, foram impostos por muitos países como obstáculo adicional ao intercâmbio e à prosperidade” (Keynes, J. M., 1943, p. 198). Uma importante característica desta proposta, portanto, era a de que os países superavitários também eram responsáveis pelo ajuste dos países deficitários, diminuindo os custos sociais do mesmo. Desta forma, poder-se-ia aliviar a ansiedade e as pressões deflacionárias tão deletérias nos países deficitários²⁸.

²⁶ Para mais detalhes dos aspectos referentes às relações monetárias e financeiras internacionais e seus impactos na economia nacional, ver “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*” (1925b), “*The Great Slump of 1930*” (1930a), “*The End of Gold Standard*” (1931) e “*The Means to Prosperity*” (1933c) de J. M. Keynes.

²⁷ “Competitive currency depreciations and competitive tariffs, and more artificial means to improving an individual country’s for foreign balance such as exchange restrictions, import prohibition, and quotas, helps no one and injure each, if they are applied all round” (Keynes, J. M., 1933c, p. 352).

²⁸ “Contudo, as dificuldades comerciais do mundo no passado nem sempre foram causados pela imprevidência de países devedores. Podem ser causados de forma mais aguda se um país credor está continuamente retirando da circulação e entesourando a moeda internacional, em vez de repô-la em circulação, recusando-se assim, a gastar a renda que obtém no exterior, seja em bens para o consumo interno, seja em investimentos externos” (Keynes, J. M., 1943, p. 200).

Por fim, quanto aos aspectos financeiros e cambiais, o autor acreditava na importância do controle dos fluxos de capitais como forma de assegurar estabilidade do valor externo da moeda, e, portanto assegurar estabilidade no nível de preços e possibilidade de se praticar ativamente políticas monetárias²⁹. Quanto aos aspectos cambiais, Keynes propusera que as taxas de câmbio não deveriam ser tão rígidas como foram no padrão-ouro e suas variações também não deveriam ser unilaterais e arbitrárias como foram no entreguerras. Desta forma, ele acreditava na possibilidade de uma taxa de câmbio fixa, de acordo com as necessidades de cada país, cuja alteração em sua paridade fosse feita de tempos em tempos por meio de acordos³⁰.

Desta forma, suas propostas políticas para alcançar o pleno emprego e o auge da atividade econômica de forma persistente, passavam por um conjunto de reformas nacionais e internacionais, onde a intervenção do estado e a criação de instituições nacionais e internacionais autônomas ao próprio movimento da economia.

5. Das propostas à *práxis* política.

Se, no plano mais teórico e abstrato, os problemas econômicos e sociais apontados por J. M. Keynes poderiam ser resolvidos através das propostas apontadas acima, elas necessitariam de medidas práticas para serem viabilizadas. Neste marco, se torna importante compreendermos de que forma se articulam as propostas de política econômica do autor com seus princípios e com as ações necessárias para viabilizá-las. Relembrando, a sua utopia era a de acabar com a escassez do ativo de capital, em suas palavras, “criar uma organização social tão eficiente quanto possível, sem ofender nossas noções de um modo satisfatório de vida” (Keynes, J. M., 1926b, p. 126).

John Maynard Keynes sempre se posicionou como um liberal. Membro, do Partido Liberal, sua filosofia e sua prática política pairavam regionalmente entre os mais radicais dos conservadores e os mais conservadores entre os radicais. Crítico do “capitalismo individualista”, o autor não obstante, era um claro defensor dos direitos individuais, o que o colocava numa clara contradição³¹. Para Dillard, D. (1993), Keynes criara as bases teóricas para um novo liberalismo que rejeita o *laissez-faire* (p. 296/297)³². Sob a influência de G. B. Moore e Edmund Burke, o autor acreditava que a reforma social poderia ser uma ponte para a doutrina da unidade orgânica. “O principal propósito deste princípio (...) era limitar o poder de acumular a bondade com referência apenas no estado de consciência isolada. Ao julgar a bondade de um estado de coisas, a referência tinha de ser feita quanto ao tempo bem como aos objetos (...). O reformador do social poderia então alegar que melhorando a qualidade dos objetos a experiência, estaria aumentando a bondade ética do universo” (Skidelsky, R., 1999, p. 49/50). Ademais, a teoria política deveria basear-se não em princípios de direitos abstratos, mas no utilitarismo ‘modificado’ pelos princípios de igualdade, exigindo dos governos evitarem a discriminação entre indivíduos e classes sociais, focando-se, por sua vez, na maximização da felicidade momentânea, de curto prazo. Portanto, o objetivo político não era promover estados de coisas que fossem bons intrínseca e isoladamente, mas facilitar a busca de ‘bens éticos’ por membros da comunidade, garantindo condições de tranquilidade física, conforto material, e liberdade intelectual (Skidelsky, R., 1999, p. 55).

O alcance destes objetivos, portanto, não seria alcançado senão através da harmonia entre as classes sociais em torno de um objetivo comum. Estes objetivos, por sua vez, deveriam ser estabelecidos

²⁹ Para mais detalhes ver Cardim de Carvalho, F. (2004) e Keynes, J. M. (1943).

³⁰ Para mais detalhes, ver Keynes, J. M. (1943) e Keynes, J. M. (1944).

³¹ “Porém, acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado dos seus defeitos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais” (Keynes, J. M., 1985, p. 257).

³² Nas palavras de Dillard, D. (1993), o principal propósito de Keynes era o de “escudar o liberalismo político com um novo programa econômico e de fortificar este programa econômico com uma nova economia política” (p. 289).

a partir de critérios racionais e intelectuais e não classistas, corporativos ou influenciados por paixões – emoções – de setores da sociedade pouco entendidos em questões técnicas³³. A política e os governos, portanto, deveria ser guiada pela razão, e uma completa democratização dos espaços de decisão poderia ter efeitos deletérios economicamente. Nestes marcos, Keynes não contestava o sistema de propriedade privada, alegando, segundo Skidelsky (1999) que a redistribuição de propriedade não teria efeito sobre os mais pobres já que eram muito maiores do que os ricos, e não compensaria as vantagens sociais para o Estado de pessoas pertencentes a classes superiores. Pelo contrário, acreditava que qualquer um poderia alcançar o sucesso econômico individual, por meio da habilidade, coragem, trabalho e ações bem sucedidas. Portanto sua proposta de redistribuição de renda por meio da intervenção pública não tinha motivos ideológicos, mas basicamente econômicos. Ele não era um “igualitarista”, mas antes achava que existiam razões sociais e psicológicas para a diferença entre rendas auferidas entre diferentes grupos. Neste sentido, o autor vivia uma dualidade, pois de um lado, não se opunha à ordem social vigente, e, do outro, via as mazelas daquilo que ele chamava de capitalismo individualista, do amor ao dinheiro e do rentismo.

“Keynes não se opunha (ou não se opunha fortemente), à ordem social existente por ela [ser] injusta ou inadequadamente distribuir as oportunidades de vida; era mais porque o *laissez-faire* não protegia as ‘normas’ sociais e econômicas vigentes. Para ele, a injustiça significava modificações arbitrária nas disposições sociais organizadas, tal como alterações produzidas pela mudança no valor da moeda. (...) A redistribuição representava uma parte secundária em sua filosofia social, e assim mesmo como parte do mecanismo da estabilização da macroeconomia, e não como um meio para um objetivo ideal como a igualdade” (Skidelsky, R., 1999, p. 59).

Muito provavelmente por estes motivos, o autor nunca se dispôs com medidas de enfrentamento mais radicais contra grupos ou setores sociais. Antes de mais nada, propunha reformar a consciência dos indivíduos, por meio de formas racionais de persuasão. Em suas palavras, “a tarefa de modificar a consciência humana não deve ser confundida com a de administrá-la” (1985, p. 254). O mal era imputado ao pensamento defeituoso e não aos conflitos de classe inconciliáveis, e, portanto, uma transformação nas idéias e na mentalidade dos indivíduos teria maior poder transformador do que os interesses arraigados na sociedade. Assim, a mudança, ou a extinção dos defeitos morais e econômicos da sociedade, não poderia vir por meio de rupturas traumáticas e nem por ações guiadas por motivos “passionais”, mas antes por meio de movimentos graduais e contínuos, guiados pela inteligência e pelo bem estar social. Logo, entende-se sua postura de Keynes frente à classe financeira (ou rentista). Apesar das pesadas críticas, a proposta da eutanásia do *reniter* não representava o tolhimento das liberdades individuais (políticas e econômicas) desta classe. Era, antes de tudo, uma estratégia de controle dos agregados monetários como forma de estimular a queda dos juros de curto e longo prazo, a principal fonte de rendimento desta classe.

Também era através do argumento do conhecimento, da técnica e da racionalidade que Keynes dialogava com a classe trabalhadora e com o partido que a representava /na Inglaterra/, o Partido Trabalhista³⁴. Para o autor, os trabalhadores, de modo geral, eram uma “massa de votantes mal-entendidos”, cuja confiança no Partido Trabalhista derivava dos interesses particulares que o programa deste partido apresentava, relacionando-o com as “paixões” desta classe. Um partido não deveria guiar-se por princípios classistas, mas antes por princípios de justiça e bom senso, na busca do bem-estar individual e comum. Nestes marcos, ele abomina a “luta de classes” como meio para a superação dos problemas da sociedade. Do contrário, ele se vangloria ao posicionar-se como pertencente da “burguesia educada”. Analisando o Partido Trabalhista em “*Am I a Liberal?*”, de 1925, o autor afirma:

³³ Ver mais detalhes em “*Am I a Liberal?*” (1925a), de J. M. Keynes.

³⁴ “I believe that the right solution will involve intellectual and scientific elements which must be above the heads of the vast mass of more or less illiterate voters” (Keynes, J. M., 1925a, p. 295).

To begin with, it is a class party, and the class is not my class. If I am going to pursue sectional interests at all, I shall pursue my own. (...). When it comes to the class struggle as such, like those of every one else, except certain unpleasant zealous ones, are attacked to my own surroundings. I can be influenced by what seems to me to be justice and good sense; but the class war will find me on side of educated bourgeoisie” (Keynes, J. M., 1925a, p. 297).

Para o autor, continham três elementos no Partido Trabalhista: os sindicatos (*trade-unions*) – elementos tiranos com pretensões locais e individuais –; os comunistas (ou marxistas) – aqueles que pregavam a violência e a mudança repentina, que acreditavam que por meio da maldade o bem chegaria ao bem estar –; e os socialistas – aqueles que acreditavam que os fundamentos econômicos da moderna sociedade eram ruins, mas poderiam se tornar bons³⁵. Em sua visão, o Partido Trabalhista seria o “partido da catástrofe”, já que os setores mais radicais – os comunistas, a extrema esquerda – sempre estariam no comando do partido, impedindo que os elementos intelectuais do mesmo pudessem exercer seu efetivo controle.

Keynes via com péssimos olhos os comunistas, principalmente aqueles fundamentados pelo marxismo. Este último seria uma teoria fraca, de enganos lógicos, incapaz de analisar e de segui-lo até sua conclusão³⁶. Sua doutrina, por sua vez era baseada num livro econômico obsoleto, cientificamente errôneo, e sem interesse e aplicação no mundo moderno. Ademais, em sua interpretação, Marx não se diferenciava dos economistas neoclássicos e clássicos tal como Smith e Ricardo, sendo chamado de ortodoxo, filho das teorias de Ricardo e de Say baseadas no auto-ajuste. Por outro lado, o autor se denomina herege, opondo-se, assim aos “ortodoxos”.

How can I accept a doctrine which sets up as its bible, above and beyond criticism and obsolete economic textbook which I know to be not only scientifically erroneous but without interest or application for the modern world? How can I adopt a creed which, preferring the mud to the fish, exalts the boorish proletariat above the bourgeois and the intelligentsia who, with whatever faults, are the quality in life and surely carry the seeds of all human advancement³⁷?” (Keynes, J. M., 1926a, p. 258).

“Thus, if the heretics on the other side of the gulf are to demolish the forces of nineteenth-century orthodoxy – and I include Marxism in orthodoxy equally with *laissez-faire*, these two being the nineteenth-century twins of Say e Ricardo – they must attack them in their citadel. No successful attack has yet been made. The heretics of today are the descendants of a long line of heretics, overwhelmed but never extinguished, have survived as isolated groups of cranks” (Keynes, J. M., 1934, p. 488)³⁸.

Em seu artigo de 1926, “*A Short View of Rússia*”, Keynes faz uma análise um tanto ríspida do modelo soviético, criticando o “leninismo”, argumentando que este último caracterizava-se numa nova religião, que subordinava a economia, tornando-a altamente ineficiente, e cujo poder estava baseado na força de uma pequena minoria de entusiastas convertidos que persuadia a todos³⁹. Segundo seu ponto de

³⁵ Ver em Keynes, J. M., “*Liberalism and Labour*”, 1926c, p. 308/309.

³⁶ Ver Keynes, J. M., 1926b, p. 118.

³⁷ Grifos nossos.

³⁸ “Oponiéndose a la ‘teoría clásica’ Keynes creía estar oponiéndose igualmente al marxismo” (Mattick, P., 1975, p. 29).

³⁹ “Like other new religions, leninism derives its power from a multitude but derives its power not from the multitude but from a small minority of enthusiastic converts, whose zeal and intolerance make each one that equal in strength of a hundred indifferentists. Like other new religions, it is led by those who can combine the new spirit, perhaps sincerely, with seeing a good deal more than their followers politicians with at least average dose of political cynicism, who can smile as well as frown, volatile experimentalist, released by religion from truth and mercy but not blinded to facts and expediency, and open therefore to the charge (superficial and useless to though it is where politicians, lay or ecclesiastical, are concerned) of hypocrisy. Like other new religions, it seems to take the color and gaiety and freedom out of everyday life and to offer a drab substitute in the square wooden faces of its devotees. Like other new religions, it persecutes without justice or pity those

vista a crença comunista estava na introdução de uma nova ordem sob a terra, através da revolução como único meio direto. Esta nova ordem – continua – não deveria ser julgada pelo horror da revolução, nem pela privação do período transitório, mas sim julgada pela sua essência, a exaltação do homem comum. Em suas palavras: “*the exaltation of common man is a dogma which has caught the multitude before now. Any religion and the bond which unites co-religionists have power against the egotism atomist of irreligious*” (Keynes, J. M., 1926a, p. 267).

Se a oposição frente aos “comunistas” era fervorosa por parte de Keynes, o mesmo não pode ser dito em relação aos “socialistas”. Ao longo dos anos de 1920 e 1930, ele vai se aproximando desta corrente, apesar de muitas ressalvas. Ele acreditava, por exemplo, que o elemento “socialista” do Partido Trabalhista fosse a “direita” desta entidade, caracterizado por ser mais educado, humano, reformador, com maior respeitabilidade moral e intelectual, cujas crenças e perspectiva históricas não eram empecilhos para uma relação estável do Partido Liberal com este grupo⁴⁰.

Esta aproximação se torna mais evidente em seu artigo de 1932, “*The Dilemma of Modern Socialism*”. Neste texto, o autor afirma que o socialismo – termo aqui usado de modo mais genérico – englobaria dois grandes grupos que estariam em constante disputa, e cuja característica distintiva entre ambos era o de que, enquanto um grupo priorizava aquilo que fosse “economicamente eficaz” (*economically sound*), outro grupo priorizava aquilo que fosse “economicamente ineficaz” (*economically unsound*), priorizando a busca pela justiça, igualdade, beleza e pela maior glória da república, por meio de ações políticas – luta de classes. Obviamente, Keynes, se aproximava do programa que era “economicamente eficaz”, método que estimularia a produção de riqueza, condição para a evolução social em direção à igualdade e à justiça.

Estes argumentos abriram enormes dúvidas quanto à possibilidade de Keynes ser um “socialista”. Segundo Skidelsky (1999), “Keynes rejeitava o socialismo como meio; e como fim só o endossava no seu próprio sentido de indissiocrasia” (p. 62). Ademais, apesar do horror ao marxismo, Keynes se rendia a idéias de outros socialistas, como Silvio Gesell, ferrenho crítico do capital financeiro, e defensor do capital industrial privado. Neste sentido, aquilo que pode ser chamado de “socialismo” na visão do autor são seus princípios abstratos de justiça e igualdade que seriam alcançados no longo prazo sem a incorporação do antagonismo de classe como meio, sem a necessidade da socialização dos meios de produção, aspecto visto como sem importância pelo autor⁴¹. Pelo contrário, a burguesia educada e a empreendedora teriam papéis fundamentais, aptos a liderar este processo.

Se para Keynes, o Partido Trabalhista era o “Partido da Catástrofe”, o Partido Conservador era o “Partido da Estupidez”. Este seria conduzido por homens incapazes de distinguir as novas medidas para salvaguardar o capitalismo do “bolchevismo”. Partido reacionário, sem líderes, e intelectualmente defasado, este seria guiado por idéias e questões antigas, baseadas na diferenciação social, no individualismo, no julgamento moral, sendo composto por setores da igreja, da aristocracia e por grandes proprietários e financistas. Estes representariam a decadência política do capitalismo individualista, baseado na defesa permanente e intransigente do *laissez-faire*, como o melhor e mais justo – do ponto de vista dos direitos individuais – mecanismo econômico.

É, portanto, nestes marcos, que Keynes propõe ao Partido Liberal uma posição política que estivesse entre a esquerda do Partido Conservador e a direita do Partido Trabalhista, onde a diferenciação e a luta de classes não teriam mais relevância, abrindo espaço para a discussão de questões relevantes, impossibilitadas até então pelo apego a questões históricas e morais tratadas pelos conservadores, e por questões catastróficas e carregadas de emoções tratadas pelos trabalhistas. Keynes propõe, então, politicamente, um novo liberalismo onde as atribuições do governo aumentariam como

who actively resist it. Like other new religions, it is filled with missionary ardor and ecumenical ambitions. But to say that Leninism is the faith of a persecuting and propagating of fanatics led by hypocrites is after all to say more nor less than that it is a religion and not merely a party, and Lenin a Mohamet, not a Bismarck” (Keynes, J. M., 1926a, p. 256/257).

⁴⁰ Para mais detalhes ver “*Am I a Liberal?*” (1925a) e “*Liberalism and Labour*” (1926c), de Keynes, J. M.

⁴¹ Ver Dillard, D., 1993, p. 293-296.

forma de controlar as forças econômicas em prol do interesse e da estabilidade social⁴². O mesmo autor, não obstante, acreditava na necessidade da maior descentralização das tarefas governamentais, com a necessidade do surgimento de instituições, corporações e organizações semi-independentes com tarefas de governo.

Do ponto de vista do indivíduo, o autor também apresenta propostas progressistas quanto às questões relacionadas a gêneros e drogas. Para o autor, a bebida e o jogo não atacavam o cerne do problema relacionado ao vício. Ademais, seu entendimento quanto à posição da mulher na sociedade e quanto à discriminação sexual eram bem avançadas para a época.

As relações entre os povos, por sua vez, deveriam ser baseadas na harmonia e na paz, aspectos fundamentais para alcançar o bem estar das nações, apesar da admiração do “socialismo de guerra” em gerar riqueza e pleno emprego⁴³. Neste ponto, vale ressaltar que Keynes não era adepto à teoria do “Imperialismo”, não criticava a existência de colônias por parte da Grã-Bretanha, mas, não obstante, se posicionava como um pacificador. Em seu livro “*Conseqüências Econômicas da Paz*”, de 1919, o autor coloca-se frontalmente contra o Tratado de Versalhes, mostrando a incapacidade, naqueles marcos, da recuperação econômica alemã. Em oposição, o autor propunha a redução drástica dos juros e da dívida para a Alemanha e para todos os países aliados. Por sua vez, as causas da guerra foram divididas, na “*Teoria Geral*”, entre motivos psicológicos e econômicos. Se do ponto de vista psicológico, a guerra era conseqüência da “excitação” deleitável dos ditadores, do ponto de vista econômico, ela era conseqüência da pressão populacional e da luta acirrada dos mercados com o objetivo de remediar o desemprego crônico, por meio de melhoramentos nas contas externas. Conforme descrito acima, os grandes culpados deste movimento econômico internacional eram o *laissez-faire* interno e o padrão ouro, que impossibilitavam políticas de pleno emprego interno a cada país. Assim, se as nações pudessem “aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (...) não deveria mais haver necessidade de forças econômicas destinadas a predispor um país contra seus vizinhos. (...) O comércio interno deixaria de ser o que é, um expediente, despreparado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas” (Keynes, J. M., 1985, p. 258). Portanto, para Keynes, “*la guerra em si era solamente um interlúdio accidental y desdichado en el proceso de formación de capital en una economía liberal*” (Mattick, P., 1975, p. 12).

Todos estes aspectos abordados acima nos condicionam a interpretar a posição política de Keynes como um liberalismo político que abomina o *laissez-faire*, conciliando-se às liberdades individuais. Sua essência, conforme apontado por Dillard, D. (1993), consiste na crítica ao capitalismo financeiro e no desejo de estabelecer um ambiente no qual pudesse funcionar o capitalismo industrial e o sistema de empresa privada, condição fundamental para o crescimento da riqueza material e para a abundância do estoque de capital, acabando, assim, com o problema econômico. Se este aspecto o faz se aproximar dos socialistas reformadores, sua posição de classe, sua ênfase na importância da burguesia educada e empreendedora, na harmonia entre as classes com base nos princípios técnicos, científicos e racionais em prol de objetivos abstratos de longo prazo tal como os de justiça e individual que poderiam ser alcançados através de reformas das consciências dos indivíduos, e a justificativa da propriedade privada e da desigualdade de renda a partir de critérios sociais e psicológicos o faz se aproximar de setores conservadores.

“Embora Keynes não formule propostas concretas para a solução de longo prazo do problema econômico, sua preferência por Gesell, em vez de Marx, somado a aspectos de sua filosofia social, indicavam a natureza geral de sua solução. Sua meta é uma alternativa ao socialismo, no sentido marxista de propriedade estatal dos meios de produção. Suas críticas se dirigiam aos aspectos

⁴² Ver em Keynes, J. M., 1925a, p. 305.

⁴³ Ver em Keynes, J. M., 1926b, p. 118.

financeiros, rendeiros e especulativos do capitalismo. Num período amplo, a resposta ao dilema capitalista é mister descobri-la na eliminação destes defeitos, e não na eliminação da propriedade privada dos meios de produção” (Dillard, D., 1993, p. 300).

6. Conclusões.

O objetivo deste artigo foi o de analisar a inter-relação entre os aspectos econômicos da teoria de Keynes com seus princípios políticos. Neste sentido, mostramos que, em sua visão, o capitalismo individualista e baseado no *laissez-faire* seria caracterizado por instabilidades macroeconômicas permanentes – em função da flutuação nos componentes da demanda efetiva, principalmente dos investimentos e por aumento da lacuna entre consumo e poupança que exigiria uma expansão mais do que proporcional ao ativo de capital – e por piores progressivas na distribuição de renda. Do ponto de vista político, este sistema estaria baseado no amor ao dinheiro, caracterizado pela existência de uma classe financista, especuladora e rentista.

É nestes marcos que o autor propõe uma reforma no sistema, que passaria pelo aumento da intervenção pública, seja através do controle da oferta de moeda e do crédito, seja através de políticas públicas de distribuição de renda – tais como impostos progressivos e gastos em bens públicos essenciais. Ademais, o autor propõe o processo de planejamento e coordenação dos investimentos, principalmente os privados, nunca os substituindo, mas apoiando-os e complementando-os, inclusive em áreas de baixo interesse privado. Politicamente, seria necessária uma reforma nas consciências dos indivíduos, através da harmonia coletiva em prol do bem estar comum, que deveria ser alcançada por meio de políticas graduais estimuladas por critérios técnico-científicos e racionais. Portanto, conceitos como luta de classes, e visões reacionárias foram rechaçados pelo autor, que acreditava na plena liberdade individual sem a necessidade de rupturas traumáticas no seio da sociedade.

Por sua vez, o fim a ser almejado seria a expansão da riqueza através do acúmulo de capital, tornando-o tão abundante que a vantagem de sua propriedade deixaria de existir, e a sociedade entraria num mundo em que todos seriam capazes de usufruir os valores reais da vida, o lazer e a arte de viver. O problema econômico estaria resolvido.

Oitenta anos após a publicação de seu artigo “*As Possibilidades Econômicas e Nossos Netos*”, a sociedade mundial parece ainda estar muito longe de resolver seus problemas econômicos, o Estado Nacional, nos marcos analisados por Keynes, se torna um conceito cada vez mais distante da realidade vivida por diferentes países, e o capital financeiro aparenta agregar não apenas os setores rentistas, especuladores e bancários da economia, mas também os setores industriais. Acreditamos que revisar os aspectos econômicos e políticos de um grande autor como John Maynard Keynes, pode ser um início para superarmos os impasses do capitalismo contemporâneo.

Referências Bibliográficas:

- Amadeo, E. “*Ensaio Sobre Economia Política de J. M. Keynes*”. Textos Para Discussão: PUC-RJ; nº 142; 1986.
- Cardim de Carvalho, F. “*Do Bretton Woods aos anos 60*”, *Novos Estudos*, nº 70, novembro de 2004.
- Dillard, D. “*A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: Teoria de Uma Economia Monetária*”. Livraria Pioneira, 7ª Edição; 1993, São Paulo-SP.
- Ferrari Filho, F. “*A Moeda Internacional na Economia de Keynes*”; *Ensaio FEE*, Porto Alegre (15) 1: 98-110, 1994.
- Keynes J. M. (1919a); “*A Europa Antes da Guerra*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.

- _____. (1919b); “*A Europa Depois do Tratado*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1925a); “*Am I a Liberal?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1925b); “*The Economic Consequences of Mr. Churchill*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1926a); “*A Short View of Russia*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1926b); “*O Fim do Laissez-Faire*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1926c); “*Liberalism and Labour*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1927); “*Clissold*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1929); “*Can Lloyd George do It?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1930a); “*The Great Slump of 1930*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1930b); “*As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1931); “*The End of Gold Standard*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1932); “*The Dilemma of Modern Socialism*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XXI; Cambridge University Press.
- _____. (1933a); “*A Monetary Theory of Production*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIII; Cambridge University Press.
- _____. (1933b); “*The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XXIX; Cambridge University Press.
- _____. (1933c); “*The Means to Prosperity*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol IX; Cambridge University Press.
- _____. (1934); “*Poverty in Plenty: is the Economic System Self-Adjusting ?*”; in: Keynes J. M. “*The Collected Writings of J. M. Keynes*”; Vol XIII; Cambridge University Press.
- _____. (1937); “*A Teoria Geral do Emprego*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1940); “*Como Pagar a Guerra*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1943); “*A União Internacional de Compensação*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____. (1944); “*O Fundo Monetário Internacional*”; in: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.
- _____.; “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”; 2ª Edição, Nova Cultural, São Paulo-SP, 1985.
- _____.; “*Tratado del Dinero: Teoría Pura y Aplicada Del Dinero*”; Ediciones Aosta, Biblioteca de Grandes Economistas Del Siglo XXI; 1996, cap. 1-3, 10-13 e 15.
- Mattick P. “*Marx y Keynes: Los Limites de la Economia Mixta*”; Ediciones Era; 1975; México-DF.
- Moura da Silva, A. “*Apresentação*”. In: Keynes J. M. “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro, e da Moeda*”. 2ª Edição, Nova Cultural, São Paulo-SP, 1985.
- Skidelsky, R. “*Keynes*”. Ed Jorger Zahar, 1999, Rio de Janeiro-RJ.

Szmerecsányi, T. “*Introdução*”. In: Keynes J. M. “*John Maynard Keynes: Economia*”; Org: Tamás Szmrecsny; 2ª Edição, Ática, São Paulo-SP, 1984.